



Antiguidade e Afrocentrismo: crítica e mito na História Antiga

Antiquity and Afrocentrism: criticism and myth in Ancient History

DURÃO, Gustavo de Andrade^{1*}

Resumo: O presente artigo busca fazer uma interpretação acerca dos valores levantados pelos historiadores da antiguidade clássica que são problematizados diante das análises atreladas ao afrocentrismo e ao eurocentrismo. Debatendo sobre a problemática da representação na História e do etnocentrismo, serão repensados os conceitos reificados na historiografia da antiguidade em oposição aos novos debates historiográficos. Buscando diferentes perspectivas de análise, em relação à História Antiga, é possível perceber como o afrocentrismo não é uma perspectiva oposta às novas perspectivas dos estudos de antiguidade, mas um sinal da necessidade das mudanças analíticas nesse campo. Por meio das análises de Martin Bernal e Jack Goody, acreditamos ser possível compreender mitos e invenções que de modo geral permearam parte das epistemologias

¹ Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pós-Doutor pela PUC-Rio e Pós-doutorando pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista PNPd/CAPES. Agradeço ao grupo de Pesquisa Interinstitucional ÁFRICAS (UERJ-UFRJ) e ao olhar atento da professora Maria Elizabeth Bueno de Godoy (UEAP) que auxiliaram na revisão do texto, sendo eu mesmo responsável por qualquer equívoco nesta estrutura textual.

atreladas à História Antiga.

Palavras-chave: Afrocentrismo; Antiguidade; Historiografia; História Antiga.

Abstract: The present article aims at an interpretation on the values raised by the historians of classical antiquity which are problematized by analysis linked to Afrocentrism and Eurocentrism. Debating on the problematic of representation in history and how to avoid ethnocentrism the reified concepts of the historiography of antiquity will be thought as opposed to the new historiographic debates. Looking at different perspectives of analysis in relation to ancient history, it is possible to see how Afrocentrism is not a perspective opposed to the new perspectives in ancient studies, but a sign of the need for analytical changes in this field. Through perceptions of Martin Bernal and Jack Goody we believe it could be possible to understand the myths and inventions that generally cover part of epistemologies linked to Ancient History.

Keywords: Afrocentrism, antiquity, historiography, Ancient History.

Palavras iniciais

Faz-se necessário pensar de que modo a historiografia criou certos conceitos, definições e uma métrica historiográfica fundadora de um debate clássico, porque, algumas das reflexões acerca da antiguidade podem ter limitado o debate em comparação com outros campos da História para outros contextos mais amplos. O debate que se segue é fortemente influenciado pelas análises de Jack Goody, Martin Bernal, Jean Loup Amselle, Stephen Howe, entre outros intelectuais importantes na contemporaneidade, pois pensam modelos diferentes das correntes historiográficas tradicionais.

O que motivou algumas dessas reflexões foi perceber o quanto a História da África e a História Antiga, quer por questões políticas ou por carência de investimentos nessas áreas, acabaram perdendo espaço tanto nos campos acadêmicos quanto no magistério. Mesmo após a implementação da lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de História da África e da cultura afro-brasileira, atendendo às demandas dos grupos sociais, ainda é bastante difícil o ensino das disciplinas relacionadas a essas temáticas.

A História Antiga carrega o peso de traduzir e explicar a nossa identidade, desenvolvendo uma série de reflexões ainda muito atuais na nossa sociedade. Aspectos dessa antiguidade estão presentes nas instituições, na política e em muitos dos nossos traços culturais. A Antiguidade aparece em filmes, séries e inúmeras representações demonstrando como o gosto pelos mitos, lendas e símbolos representam o apreço pelos estudos clássicos (GUARINELLO, 2013, p. 8).

Mais especificamente, o conhecimento da História da Grécia e de Roma trouxe conceitos importantes tais como de política e democracia, fundamentais para os estudos da antiguidade em relação com a História Contemporânea. Atualmente, o conceito de democracia, por exemplo, alterou-se profundamente, muito embora pesquisadores continuem sendo influenciados por algumas dessas definições clássicas acredita-se que parte dessa estrutura parece ser impossível de ser modificada. É o que Jack Goody chama de “molde teleológico e eurocêntrico” (GOODY, 2015, p. 37).²

A constituição desse conceito de democracia é um bom exemplo de como sempre

² A presente análise pode estar muito pautada nas interpretações de Jack Goody, contudo ele abre espaço para interpretações teóricas importantes.

retornamos à antiguidade, já que é praticamente impossível começar sua análise sem recorrer à Grécia antiga e à *pólis ateniense*. Enquanto o conceito foi tido durante muito tempo como a imagem de um governo ideal parece sempre estar remontando a uma necessidade de o Estado Moderno ser mais democrático no sentido de representação do povo (SILVA&SILVA, 2010, p. 89). A Antiguidade pode ser definida como essa época em que se iniciou, justamente, esse sistema político da *pólis*, da “democracia” (dêmos = povo e cratos = poder), tempo em que a noção de liberdade e lei estiveram associadas a essa forma mais justa de governar (GOODY, 2015, p. 37).

Do mesmo modo que esse conceito, é possível realizar outras analogias, demonstrando as raízes clássicas da historiografia, contudo convém estabelecer algumas reflexões sobre o modo como análises são realizadas por nós historiadores. É nesse sentido que Jack Goody (2015, p. 38) percebe uma espécie de gênese do eurocentrismo, mas como ele, outros autores também criticam esse viés determinista da historiografia:

Estas mudanças prejudicam o confortável eurocentrismo, segundo o qual estamos instalados ao longo da última metade de meio-milênio e desloca os pontos herdados do Iluminismo e do décimo nono século. Face à essas novas circunstâncias, as ciências humanas, assim como a Europa, outras vezes não envelhecem. Isso se aplica à sociologia, antropologia, ou mesmo à geografia. A história também faz parte do mesmo lote. Uma época em que a globalização acelera, o que fazer desta disciplina acusada - muitas vezes com razão - de trazer tudo de volta para a Europa e o seu passado? (GRUZINSKI, 2015, p. 14 – tradução livre do autor).³

Essa necessidade de a Europa repensar a sua própria narrativa histórica diante das transformações contemporâneas demonstra o quanto essa temática está passando por uma crise na qual novos paradigmas precisarão ser criados. Mas afinal o que é essa História Antiga? Será que não é só mais um adjetivo para tantos períodos nos quais a História é categorizada e classificada? Embora seja uma categorização, a História Antiga antecede a História Medieval, Moderna e a História Contemporânea, sendo todas essas centradas nas definições europeias ocidentais (GUARINELLO, 2013, p. 13).

Outro cuidado que se deve ter é em relação aos conceitos que delimitaram a formação das sociedades em relação ao tempo e ao espaço, por exemplo, a compreensão de que nem todos os países passaram pela Idade Média ou pela Antiguidade sendo essas denominações algo, fundamentalmente europeu. Segundo lembra Hilário Franco Junior (2001, p. 14): “Trata-se de um período da história europeia de cerca de um milênio, ainda que suas balizas cronológicas continuem sendo discutíveis”. Nesse aspecto, mais ou menos do século II até o séc. XIV houve uma passagem lenta e gradual da Idade Antiga até a Idade Média. Mais uma vez somos levados a uma “História tradicional europeia” a qual serve de parâmetro, mas pode acabar limitando as interpretações para a historiografia da África Antiga.

³ Ces bouleversements sapent le confortable eurocentrisme dans lequel nous nous sommes installés au cours du dernier demi-millénaire et brouillent les repères hérités des Lumières et du XIXe siècle. Face à ces circonstances nouvelles, les sciences humaines, comme l’Europe, ont parfois mal vieilli. Cela vaut pour la sociologie, l’anthropologie ou même la géographie. L’histoire fait également partie du lot. À l’heure où la mondialisation s’accélère, que faire de cette discipline, accusé - souvent à juste titre - de tout ramener à l’Europe et à son passé? (GRUZINSKI, 2015, p. 14).

O debate sobre a África Antiga

Importante ressaltar de que forma o Afrocentrismo dialoga com a África Antiga, visto que graças a essa discussão novos debates surgiram envolvendo os saberes das Ciências Humanas, tais como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, pós-marxismo e porque não dizer a teoria pós-colonial (FARIAS, 2003, p. 325). As teorias analíticas e parte da historiografia não pode ignorar a seriedade dos estudos de Cheik Anta Diop, de Martin Bernal, de Paul Gilroy, dentre outros pensadores responsáveis por tais análises e ainda por posicionar a África e o africano nas narrativas históricas e culturais (HOWE, 1999, p. VII).

O princípio fundamental, na abordagem crítica do afrocentrismo, é a aceitação de que os estudos das Ciências Humanas e Exatas foram alicerçados nas bases eurocêntricas e mesmo quando se voltavam para o continente americano e africano, continuavam fazendo parte de um cânone concernente a uma elite intelectual branca, muitas vezes comprometida com os mecanismos de dominação imperialista. O afrocentrismo é fruto de uma vontade de demonstrar as raízes africanas em grande parte dos ramos do conhecimento histórico, filosófico e em amplos espaços do saber. Ele não foi um movimento de “redescoberta da África”, mas esteve ligado a essa perspectiva mais voltada para os estudos étnico-raciais e diaspóricos em que se primou pela valorização do conhecimento dos povos africanos em si mesmos. Na perspectiva do historiador malinês Joseph Ki-Zerbo (2009, p. 9):

Para os Africanos trata-se da procura da identidade por meio da reunião dos elementos dispersos de uma memória colectiva. Este ardor subjectivo tem, ele próprio, o seu funcionamento objectivo no acesso à independência de números países africanos.

O professor Ki-Zerbo nutriu uma militância e produtividade intelectual segundo a qual somente através das pesquisas e incentivos a novas áreas do saber que poderíamos apresentar de outra forma as características das sociedades africanas. Em uma escala mais profunda, a função dos africanistas era desconstruir os apontamentos de filósofos, como Hegel, que decretavam que a África não era uma parte histórica do mundo. No seu “Curso sobre a Filosofia da História” de 1830, o filósofo alemão afirmava categoricamente a exclusão dos continentes africano e asiático na História da humanidade, relegando o pensamento africano e seus contributos ao ostracismo (KI-ZERBO, 1999, p. 10) ⁴.

Em meados do século XX, alguns pensadores puderam gerar importantes questionamentos em relação às “ciências” responsáveis pela marginalização do pensamento afrocêntrico. Dentre eles, além do já citado C. A. Diop, Molefi Asante, Kwame Appiah e Valentin Mudimbe são alguns nomes do pensamento intelectual africano (HOWE, 1999, p. VIII). O Afrocentrismo para a filosofia não foi a negação do pensamento ocidental europeu, mas uma maneira de reposicionar outras formas de saber mais ajustadas às diversidades geoculturais dos povos. Recuperando o pensamento de Molefi Assante, tem-se determinação da necessidade intelectual de se operar com o

⁴ Defensor do pensamento de Cheikh Anta Diop, Ki-Zerbo contribuiu para os estudos da arqueologia, da linguística, do incentivo à oralidade e para as áreas que pudessem contradizer os mitos de que a África não tinha História ou valores substanciais para as ciências.

conceito de “centralidade”, sobretudo, porque a afrocentricidade seria uma maneira de mudar a perspectiva de análise do mundo como um todo (ASSANTE, 2009, p. 96).

Em uma perspectiva crítica, o afrocentrismo deve ser compreendido, problematizado e visto dentro de um contexto de dominação inserida nos campos de produção do saber ou da luta política em resposta a ela. O ponto relevante do pensamento afrocêntrico é justamente essa busca da afirmação da identidade africana e dos povos africanos no contexto da diáspora, contudo, o orgulho do negro era compreender a História Africana, as suas origens e a cultura sobre o continente para além dos estereótipos, na maioria das vezes, negativos, referentes aos territórios colonizados.

O afrocentrismo chamou a atenção para novas maneiras de se pensar as tradições e as raízes dos afrodescendentes, iniciando-se no continente americano, sobretudo na América do Norte e nas ilhas do Caribe. Na outra margem do Atlântico, o Tratado de Berlim (1884-85) dividia a África iniciando um processo de prejuízos político-econômicos sem precedentes na História do continente. No campo de estudos africanos, parte do pensamento ocidental europeu foi responsável por essa autocrítica e a Antropologia, a Geografia e a própria História começavam a questionar a centralidade do saber europeu (AMSELLE, 2001, p. 7).

Como lembra o antropólogo Jean-Loup Amselle, a noção de “tradicional” esvaziou a percepção das análises dos processos de transformação no continente africano no passar dos séculos. Por isso, compreende-se o afrocentrismo ou a afrocentricidade como a busca de valores e de identidades que foram desvalorizadas com as teorias deterministas e com o racismo científico dos séculos XIX e XX (AMSELLE, 2001, p. 10)⁵. O afrocentrismo, enquanto conceito, impulsionou a invenção de tradições e de mitos mais aproximados dos saberes dos povos africanos e isso ocorreu, mesmo que de forma essencializada, atuando na articulação político-intelectual no desmonte das ideias de dominação e exclusão do racismo (HOWE, 1999, p. 2).

Não obstante, uma “africanidade” inspirou pesquisadores negros que percebiam, no estudo do Egito Antigo, um debate novo como forma de questionar a centralidade do argumento de uma civilização helênica. Era fundamental desmontar as “bases míticas” de que a humanidade teria sido toda oriunda da Grécia Antiga. O processo que se convencionou chamar de “diáspora africana”⁶ gerou algumas controvérsias, sobretudo porque ocorreu em um período em que os afro-americanos buscavam elementos teóricos para legitimar a luta contra a segregação racial nos Estados Unidos (HOWE, 1999, p. 2). Os que acusam o afrocentrismo de ser um pensamento radical, muitas vezes, desconsideram o contexto de seu surgimento e não levam em consideração o processo de luta pela igualdade de direitos (e de representatividade) dos pensadores afrodescendentes.

A visão de um afrocentrismo extremo foi apropriada pelos seus críticos, visando deixar em segundo plano toda uma construção analítica que abrangia desde a descoberta dos primeiros fósseis até a perspectiva de que um Egito negro teria influenciado a

⁵ Cabe lembrar que as conquistas nesse campo foram fruto da luta dos movimentos sociais no Brasil que envolvem demandas que vão desde o ensino de História nas escolas e Universidades até a implementação do sistema de cotas nas Universidades.

⁶ O trabalho de Paul Gilroy, no livro “O Atlântico Negro”, representou uma nova perspectiva para a compreensão dos trabalhos relativos aos estudos da diáspora. Por um viés, Gilroy buscou na cultura um campo frutífero para os estudos dos pensadores afro-americanos e, além disso, analisou suas produções intelectuais como meio para se pensar uma identidade diaspórica em construção.

cultura humana. Como ponto de partida, a produção dos afrocentristas tinha o objetivo de ir contra a raciologia do século XVIII e XIX, relacionada muito fortemente com a tese de que a Grécia teria ditado os valores para uma dominação ariana (AMSELLE, 2001, p. 81).

Ao se centrar o pensamento em uma perspectiva mais “africana”, busca-se nova forma de interpretação do mundo fora dos padrões europeus-ocidentais e, mesmo que isso seja uma narrativa de um “passado imaginado”, ainda existe um elemento de resistência epistemológica nisso, pois:

Assim é possível mostrar que os dois termos da alternativa afrocentrismo-eurocentrismo, dito de outra maneira, a incorporação da Grécia e da África em um caso, ou da Europa em outro caso, criam em uma exata medida a anulação deles na cultura grega como entidade fixa. Ao isolar um elemento do seu conjunto relacional para efetuar uma conexão exclusiva, constitui-se as culturas enquanto sistemas fechados, e é nessa configuração que toma parte o afrocentrismo (AMSELLE, 2001, p. 82, tradução do autor).⁷

Quando pensadores, como Cheik Anta Diop, exaltavam as nações e as culturas negras havia um ímpeto em demonstrar as contribuições do Egito Antigo, agindo metodologicamente para demonstrar o que os povos negros produziram historicamente e o seu papel nas realizações humanas. Mesmo que houvesse um fator idealizado no pensamento de Diop, ele representou uma geração que passou grande parte do seu tempo tentando demonstrar uma “unidade africana”, uma África onde os desenvolvimentos humanos não ficam a dever em nada ao avanço europeu.

Segundo Cheik Anta Diop no famoso livro “*Nations nègres et culture: de l’Antiquité négro-égyptienne aux problèmes culturels de l’Afrique d’aujourd’hui*” (Nações negras e cultura: da antiguidade negra-egípcia aos problemas culturais da África atual) a civilização do Egito foi fortemente influenciada pela civilização negra. Partindo do nascimento de um “mito negro” até a falsificação moderna de História, Diop provocava a intelectualidade europeia em relação ao papel da África na antiguidade. Através de análises arqueológicas e historiográficas esse pensador buscou as raízes africanas do Egito antigo, propondo uma narrativa diferente na qual a África estivesse melhor representada (CARRILHO, 1975, p. 118-9).

Como é que os Egípcios, de negros, se tornaram claros continua a ser um ponto problemático. Segundo Diop essa transformação dever-se-ia às contínuas misturas e aos deslocamentos para o interior, causados pelos invasores: os Persas, os Macedônios de Alexandre Magno, os Romanos de Júlio César, os Árabes no século VII, os Turcos no século XVI (CARRILHO, 1975, p.119).

Desse modo, aprofundado o modo de conceber a cultura e buscando ao mesmo tempo compreender a identidade e a militância diante da exclusão (promovida historicamente pelo mundo europeu ocidental) foi que os africanistas desenvolveram

⁷ *On peut ainsi montrer que les deux termes de l’alternative afrocentriste-eurocentriste, autrement dit le rattachement de la Grèce à l’Afrique dans un cas, ou à l’Europe dans l’autre, créent dans l’exacte mesure de leur énonciation la culture grecque comme entité figée. En isolant un élément de son ensemble relationnel pour effectuer un branchement exclusif, on constitue les cultures en tant que systèmes clos, et c’est de cette configuration que participe l’afrocentrisme* (AMSELLE, 2001, p. 82).

suas teorias no campo da Literatura, História e Filosofia, concebendo um novo espaço no diálogo com outros lugares do mundo (HOUNTONDJI, 1996, p. 22).

Egito, afrocentrismo e o trabalho de Martin Bernal

Diodoro da Sicília e Heródoto são os primeiros elementos que destacam o Egito e a Etiópia, em uma escrita a qual se representava os personagens de aparência “queimada”. Heródoto escreveu suas narrativas sobre os etíopes (os primeiros ocupantes da Líbia) e Diodoro da Sicília deu informações mais elaboradas sobre as relações Egito-Etiópia. Para ele, os etíopes eram os primeiros homens a surgir, os verdadeiros nativos.⁸

Claramente, as análises de Diodoro da Sicília são bastante parciais, mas ele realizou uma espécie de etnografia *avant la lettre* dos costumes dos povos que habitavam a Etiópia no primeiro século a.C.. Diodoro criticou o poder do Rei e dos seus clérigos, esboçando a configuração do poder da cidade de Napata, sua capital, ao lado da ilha de Meroé, a qual fazia fronteira com o Egito. Em sua opinião, os etíopes eram, na sua maioria, selvagens, porém, os civilizados não tinham a pele tão escura e os cabelos tão embaraçados, demonstrando talvez uma primeira hierarquização, utilizando-se o critério da pigmentação da pele e do cabelo (AMSELLE, 2001, p. 83).

A noção egípcia, por sua vez, era sempre carregada de valores éticos e responsáveis pela elaboração de uma narrativa a qual primava por uma organização branca. Isso pode ter afastado alguns dos estudiosos da antiguidade de uma busca pelo “fator negro” na sociedade antiga do Nilo. Com uma separação entre Etiópia e Egito, entre negros e brancos, era possível caracterizar-se também os valores culturais e políticos de acordo com a cor da pele e das origens étnicas de cada povo.⁹ Nunca é demais lembrar das representações da personagem Cleópatra nos primeiros filmes de Hollywood sempre de pele clara e carregando traços físicos dos europeus.

A busca pelos valores raciais do século XIX e XX levou a uma associação concreta de que o racismo tinha se originado da métrica Egito-Grécia, influenciando a origem intelectual da humanidade, sendo a Etiópia e os reinos núbios uma parte marginal não só da História como dos povos amaldiçoados por Cam (AMSELLE, 2001, p. 84). Em linhas a Maldição de Cam teria sido lançada por Noé (seu pai), por conta da indiscrição de seu filho segundo o qual ao ver a sua nudez não guardou sigilo. Nesse sentido, as futuras gerações de Cam deveriam ser castigadas passando por séculos de servidão.

O debate arqueológico poderia iluminar de outro modo essa questão, mas o objetivo não é esvaziar o debate, mas demonstrar como há um amplo campo de diálogos responsáveis por trazer à baila as discussões teóricas em relação ao afrocentrismo. O campo da Filosofia se ocupa dessa análise, sobretudo, quando compreende o impacto das teorias das disciplinas, como a Etnologia, cuja base em si já desconsiderava qualquer forma de expressão cultural que não fosse escrita (HOUNTONDJI, 1996, p. 12).

O debate realizado pela Filosofia questiona a assertiva de que o pensamento

⁸ “Segundo Diop, os Gregos estavam conscientes do facto de os Egípcios serem de origem negra, e, a tal propósito, cita interessantes passos de Heródoto, Estrabão, Diodoro da Sicília, em que os Egípcios são mais ou menos explicitamente chamados negros (CARRILHO, 1976, p.119).”

⁹ Para o movimento negro internacional essas perspectivas afrocentricas legitimaram a continuidade nos estudos africanos e ainda forneceram as bases da luta anti-racismo. O trabalho do historiador Pap Ndiaye no livro “*La Condition Noire*” (2001) é um bom exemplo para essa nova *vague* dos *Black Studies*.

africano teria se originado da perspectiva filosófica grega e, portanto, ocidental. Principalmente, quando se compreende que:

Começando com a frequente distinção feita por Platão entre *doxa* (opinião) e *sophia* (sabedoria), o significado da filosofia e sua área de concentração diz respeito ao que formou a questão central da reflexão filosófica no mundo ocidental (HOUNTONDJI, 1996, p.7. Tradução do autor).¹⁰

Mas, também pode haver uma dúvida na definição de Filosofia africana e muitos poderiam caracterizá-la como uma representação da Filosofia grega ocidental, contudo ela ainda está em formação e representa em si mesma uma resistência ao próprio conceito de Filosofia que, para alguns, seria uma exclusividade do pensamento ocidental. Daí a importância de compreendermos essa temática em outra dimensão/perspectiva:

Como bem lembra o professor Renato Nogueira, as reflexões de Hountondji resgatam o diálogo através da tão polêmica noção de “filosofia primitiva” de Lévy-Bruhl, na intenção de demonstrar como a contribuição das disciplinas europeias tinha a função de hierarquizar os valores ocidentais, elevando-os ao patamar de alta cultura, revelando outros signos para os povos “fora desse eixo” ocidental europeu (NOGUEIRA, 2014, p. 74-75; HOUNTONDJI, 1996, p. 13).

Retomando o debate sobre a centralidade dos estudos africanos ou a ideologia do que se convencionou chamar Afrocentrismo, percebe-se o comprometimento de dois pensadores em que o Egito ocupou um papel importante em suas obras. O escritor americano Martin Bernal, questionando as origens gregas da sociedade ocidental, o historiador senegalês Cheikh Anta Diop realizou análises fundamentais em seus estudos através dos quais buscou compreender as raízes negras no pensamento egípcio, abarcando novas maneiras de lidar com a História da África.

Através dessa breve apresentação, tem-se uma hipótese de que o construto afrocentrismo/afroperspectiva surgiu dessa necessidade de trazer um novo protagonismo para os povos negros, buscando aproximar o Egito das suas relações com a Etiópia, mas também compreendendo de que modo os povos negros foram afastados da História e de narrativas que legitimaram majoritariamente o branco europeu. Dito de outra maneira, fica explícito que o Afrocentrismo foi constituído no contexto da luta contra o racismo, o colonialismo e todo tipo de segregação (associado aos valores europeus), contudo sua parte “mito” e sua parte “realidade” devem ser levadas em consideração (HOWE, 1999, p. 5; HOUNTONDJI, 1996, p.11).

Em consideração ao pensamento africanista, é preciso levar em conta a abordagem de Martin Bernal, um estudioso de estudos clássicos que, após uma ampla pesquisa sobre China e Vietnã, interessou-se pelo Egito, muito embora não fosse um especialista nessa área. Sua obra dividida em três volumes, *Black Athena*, é coordenada como uma espécie de trilogia investigativa. E, algo que causou um grande espanto nos leitores de sua obra, foi perceber que Bernal era branco e, no fundo, defendia uma geração de pesquisadores afro-americanos envolvidos com o antiquarismo (HOWE,

¹⁰ “Beginning with Plato’s often made distinction between *doxa* (opinion) and *sophia* (wisdom), the meaning of philosophy and its area of concern have formed a central question of philosophical reflection in the Western world” (Hountondji, 1996, p.12).”

1999, p. 193-194)¹¹.

Nos estudos sobre a antiguidade, era comum a continuidade da interpretação, utilizando-se esse modelo grego no qual sempre se enfatizava as contribuições do pensamento clássico helenista. De acordo com esses intelectuais, a cultura grega surgiu por volta do ano 1500 a. C. e os egípcios e os fenícios foram os responsáveis pela civilização destes antigos, contudo, os gregos continuaram a pegar emprestado valores das culturas ocidentais (BERNAL, 1987, p. 1).

O afrocentrismo de Bernal surgiu para recusar o padrão branco ocidental já que este era centrado no modelo ariano cujo objetivo era explicar a origem do pensamento grego. Acredita-se que a sua intenção era repensar as bases da assim chamada “civilização ocidental” (HOWE, 1999, p. 194-195). A obra desse intelectual foi utilizada por grande parte dos intelectuais afro-americanos e rapidamente transformado no livro de cabeceira dos militantes mais radicais (BERNAL, 1991, p. 1).

O debate promovido por Bernal interessa aqui, pois buscou estabelecer a relação entre a visão historiográfica europeia sobre as trocas entre Egito e Etiópia, mas só revisou superficialmente esses silenciamentos, cujo conhecimento auxiliaria a elucidar a diversidade dos sujeitos. Tentando retomar o tema dos faraós negros, o autor parece estar muito influenciado pelo debate racial norte-americano na busca pela crítica aos debates no século XIX (HOWE, 1999, p. 196).

Em seu primeiro volume, Bernal investiga “A Fabricação da Grécia Antiga (1785-1985)”, demonstrando de que modo foi construído o modelo ariano. Sob esse aspecto, a pesquisa de Bernal quer fazer uma genealogia da História de uma tradição helenística, acusando uma espécie de imperialismo dos pesquisadores da Antiguidade Clássica. Como lembra o crítico Stephen Howe, as bases teórico-metodológicas de Bernal podem ter sido questionadas por conta de sua extrema preocupação em desconstruir o mito da superioridade ocidental ariana (BERNAL 1987, p. 2; HOWE, 1999, p. 201). A perspectiva analítica de Bernal foi vista com desconfiança como se o autor aproveitasse as demandas dos movimentos negros para retomar seus estudos sobre o Oriente, mas agora com uma orientação mais racial.

O projeto de Bernal era realizar uma narrativa mais afroncentrada partindo de questionamentos desde as raízes clássicas da civilização (pautadas na Grécia antiga), até os vestígios arqueológicos e os linguísticos das civilizações afro-asiáticas. Evidentemente, isso gerou inúmeras críticas, sobretudo, por parecer que ele estava contrapondo a narrativa afrocêntrica à uma perspectiva eurocêntrica gerando comparações e analogias pautadas em radicalismos ou dicotomias na interpretação de suas análises (FARIAS, 2003, p. 325).

A explicação crítica do recorte historiográfico eurocêntrico também pode ter sido a legitimação de uma narrativa mais adaptada aos interesses de uma classe intelectual afro-americana. Segundo ele, esse modelo ariano foi responsável por fornecer as bases da civilização ocidental, mas trouxe como consequência um racismo e um chauvinismo intelectual cujo efeito foi tornar mais tendenciosa toda uma historiografia e filosofia referente aos povos africanos (BERNAL, 1987, p. 2).

¹¹ O primeiro volume editado por Bernal foi o “Black Athena: The Afroasiatic roots of Classical Civilization” (1987) que se debruçava sobre a fabricação da Grécia Antiga, o segundo volume (1991) possuía o mesmo título sendo mais voltado para as evidências arqueológicas e escritas, e o terceiro e último volume (2006) voltava-se para a investigação das evidências linguísticas na antiguidade.

Apesar de toda parcialidade que Bernal possa ter adotado, sua principal contribuição foi apontar os paradigmas que eram seguidos pelos acadêmicos, levando-os a repetição dos conceitos do pensamento ocidental, e, geralmente, essas conceituações caracterizavam a Grécia como raiz do pensamento ocidental (BERNAL, 1987, p. 5). De qualquer modo, Bernal atuou como alguém responsável pela utilização das bases arqueológicas, linguísticas e históricas do pensamento afrocentrado, contudo, o Egito faraônico era o seu foco, sendo o fator de influência egípcia algo defendido de modo apaixonado. Esse era um fator comprometedor para algumas de suas interpretações (HOWE, 1999, p. 206)¹².

Contudo, a tendência de todos cientistas sociais é “organizar a experiência a partir daquele que a examina, seja indivíduo, grupo ou comunidade” e com Bernal não foi diferente. Ou seja, sua constatação do etnocentrismo por detrás da narrativa sobre a Grécia Antiga fez com que se reproduzisse igualmente um extremismo em que as raízes afro-asiáticas teriam o mesmo lugar de centralidade no discurso. Nesse sentido, a crítica de Jack Goody aponta de que modo a tentativa apaixonada de Bernal para demonstrar o surgimento do etnocentrismo em meados do século XIX não foi totalmente bem-sucedida, pois a análise eurocêntrica esteve presente nas narrativas das civilizações, ainda mais as antigas, dentre as quais sua identidade era construída por meio da diferenciação (GOODY, 2015, p. 15).

As análises historiográficas da antiguidade, sendo a maioria delas construídas entre o século XIX e o século XX, foram fortemente influenciadas pelos paradigmas de progresso e ciência (BERNAL, 1987, p. 8). O positivismo e o determinismo científico continuaram permeando as narrativas históricas, mesmo que de modo mais discreto e, acredita-se que essa é uma das principais motivações da obra de Bernal.

Apesar das diversas críticas sofridas, as análises de Bernal estavam imbuídas da vontade de refutar os paradigmas do progresso e da ciência ainda fortemente carregados do determinismo e cientificismo do século XIX. A sabedoria desse pesquisador foi articular estudos arqueológicos, linguísticos e históricos a uma narrativa alternativa da antiguidade, mesmo que para isso tenha recorrido a análises sociológicas e por vezes filosóficas.

Na tentativa de chamar a atenção para as raízes afro-asiáticas, Bernal pretendia ir contra o discurso hegemônico e para isso sustentava que, apesar da riqueza de toda a civilização grega, as influências do Alto Egito e da Núbia eram incontestavelmente marcas da origem africana na História Antiga (BERNAL, 1987, p. 14-15). Contudo, o projeto de Bernal fracassou e foi tido muito mais como uma obra militante. A perspectiva dele se tornou obsoleta por conta de um dualismo responsável por dividir ainda mais as análises, demonstrando assim que a crítica aos historiadores eurocêntricos do século XIX não eram mais tão proveitosas para o debate (FARIA, 2003: 328-9).

Quem roubou a Antiguidade?

O orientalismo, portanto, não é uma fantasia avoada da Europa sobre o Oriente mas um corpo criado de teoria e prática em que houve, por muitas gerações, um considerável investimento material. O investimento continuado

¹² Howe demonstra que o trabalho de Bernal enquadrava-se mais fundamentalmente ao debate filosófico (1999, p. 206-207).

fez do orientalismo, como um sistema de conhecimento sobre o Oriente para a consciência ocidental, assim como esse mesmo investimento multiplicou – na verdade, tornou realmente produtivas – as declarações que proliferaram a partir do Oriente para a cultura geral (SAID, 2001, p. 18).

A acepção de Edward Said expressa muito bem que a maioria das definições do Ocidente sobre o Oriente aparecia como necessidade de classificar o “estrangeiro”, visando torná-lo conhecido. Essa era uma empreitada mais autoidentitária do que uma real abertura para o “outro”. Assim, o conhecimento proveniente da Europa era tido como fruto dos arianos e tudo que não fosse ligado ao saber ocidental deveria ser desconsiderado (GOODY, 2015, p. 38-39).

Um bom exemplo de como a historiografia passou a centrar-se não tanto nos períodos, mas nos processos históricos está presente na obra de Edward Gibbon, *Declínio e Queda do Império Romano (1776-8)*. A obra de Gibbon demonstrou bem detalhadamente o declínio de Roma, mas não esteve deslocada do contexto em que foi produzida, no qual a Igreja Católica já sofria críticas por sua situação política privilegiada do Antigo Regime. Como o Império Romano era seu foco principal de análise, ele faz uma extensa abordagem da situação da Roma antiga, enfatizando um processo de crise (GIBBON, 2008, p. 25-26). Essa historiografia clássica representava também a necessidade de se legitimar a civilização em seus traços socioculturais ligados ao que se categorizou como Ocidental.

Retornando a questões mais concretas, percebe-se de que modo a Grécia foi tida como um tipo ideal de civilização e de organização política por ter agregado a democracia e a liberdade nos seus parâmetros societários. Nesse sentido, desde o século XI a.C., a Grécia parece ter se diferenciado dos outros povos ao seu redor, tanto que, ao analisar a antiguidade, o historiador precisa necessariamente render homenagens ao berço greco-romano da civilização (GOODY, 2015, p. 42; BERNAL, 1987, p. 1-2).

O estudo da Grécia e das tradições helênicas é válido e fundamental para as análises da Antiguidade, não se espera o abandono de tais perspectivas, mas sim uma nova abordagem na qual ocorra uma descentralização desse discurso hegemônico. Pode-se estabelecer uma associação com a História da Grécia antiga e o racismo, contudo, também é possível limitar-se a apenas fazer críticas de uma historiografia, correndo o risco de não haver avanços significativos em nossas análises. Com isso, a comparação torna-se um bom instrumento para evitarmos radicalismos em qualquer uma das vertentes de análise.

Insistimos na natureza dessa abordagem. Alguns de nossos antecessores distinguiram de maneira bastante diferente as sociedades sem história e as sociedades com história. Nos recusamos essa partilha absoluta elaborada pelo julgamento de uma História Ocidental e que não deixa nada a desejar à análise comparativa (DETIENNE, 2009, p. 67 - Tradução do autor).¹⁵

A sintonia da análise do helenista Marcel Detienne com a de Jack Goody

¹⁵ *Insistons sur la nature de cette approche. Certains de nos prédécesseurs distinguaient de manière radicale entre sociétés sans histoire et sociétés à ou avec histoire. Nous refusons ce partage absolu, tracé par le jugement d'une histoire occidentale et qui ne doit rien à l'analyse comparative* (DETIENNE, 2009, p. 67).

surpreende na medida em que ambos recusam o helenocentrismo e a perspectiva de que as sociedades antigas fora do eixo ocidental não têm valores a acrescentar às Ciências Humanas. Aliado a eles, um campo de análise tido como pós-colonial (ou estudos subalternos) também reivindica o fim das análises eurocêtricas, enfatizando que a noção de modernidade trouxe uma separação entre o Oriente e o Ocidente.

As sociedades antigas voltaram a ficar em voga com filmes e quadrinhos que enfatizam as guerras e as organizações quase militares dos guerreiros antigos. Provavelmente, essa noção de antiguidade tenha utilizado muitas representações de povos que não tiveram suas histórias registradas, por falta de estudos em seus modos de escrita. Um exemplo, dado por Goody (2015, p. 45-46), foram os fenícios que, por não terem um Homero em seu meio social, não puderam deixar o legado de sua escrita para os historiadores modernos.

É possível ter sido criado um mito da superioridade grega ou de uma noção mais ampla de civilização quando o mundo ocidental europeu buscou convencer desse fato o mundo das letras, artes e Ciências Sociais em geral. Vale dizer que, se somente a escrita foi meio de caracterizar a História de uma civilização, uma grande porcentagem do mundo viveu durante muito tempo sob o signo da “barbárie.” Dito de outra forma, é necessário repensar as narrativas sobre as civilizações greco-romanas:

A razão da Grécia e Roma antigas possuírem um status especial no pensamento europeu é que facilmente podemos nos reconhecer nos escritos políticos de Aristóteles e na prática democrática ateniense. De forma recorrente, examinando a história de nossa própria sociedade para entender suas formas atuais, acabamos analisando mitos sobre a Grécia antiga e, por intermédio deles, a história da Grécia antiga (OSBORNE, 1996, p. 1-2 *apud* GOODY, 2015, p. 49).

A criação desse “mito” ou de uma mistificação da beleza ocidental da antiguidade é ainda hoje reafirmada e utilizada para demonstrar a penetração das noções de “tradição” nesse mundo moderno. Contudo, da mesma maneira que os estudos de Grécia foram importantes para a história moderna e a própria noção de modernidade, o mundo grego também ficou atrelado a essa noção imaginada de modernidade.

Em busca de desmitificar algumas dessas análises e a centralidade da “cultura ocidental europeia” é necessário a utilização de uma maneira mais abrangente (e menos excludente) de compreender as divergências na historiografia sem as quais não é possível desfazer as velhas narrativas sobre a Antiguidade. Por isso, a análise comparativa aparece mais uma vez como solução possível. Nas palavras de Detienne:

Nós queremos uma análise comparativa das “várias formas de consciência histórica, experiência semântica da História, de construção conceitual do tempo humano, sem também aplicar a coerência necessária, nem, por consequência, fazer a hipótese de uma estreita correlação entre a cultura e o regime de historicidade (DETIENNE, 2009, p. 67 - Tradução do autor)¹⁴.”

¹⁴ *Nous voulons analyser de manière comparative “les diverses formes de conscience historique, d’expérience sémantique de l’histoire, de construction conceptuelle du temps humain, sans pour autant d’ailleurs en postuler la cohérence nécessaire, ni par conséquent, faire l’hypothèse d’une corrélation étroite entre culture et régime d’historicité* (DETIENNE, 2009, p. 67).

Fazendo referência aos regimes de historicidade de Hartog, Detienne aponta a artificialidade de alguns conceitos, sobretudo, quando destaca que o tempo é uma construção histórica e os modelos estão reificados, impossibilitando novos debates e descobertas sem as quais não é possível encontrar o diferente, o dessemelhante, que lhe é tão caro. Em um contexto ainda muito limitado pelo uso das ideologias, o historiador contemporâneo encontra-se em uma situação intrincada visto que a historiografia dos séculos XIX e XX ainda ditam os parâmetros de nossas análises, muitas vezes limitando-as (GOODY, 2015, p. 58-59).

Considerações finais

O objetivo aqui não foi encerrar essas reflexões e muito menos polarizar as definições entre afrocentrismo e eurocentrismo, mas demonstrar como, por meio da análise desses conceitos, é possível ressignificar nossas noções de antiguidade. Buscou-se também compreender o que esteve reificado pela historiografia clássica e o que merece maior atenção e pesquisa por parte do cientista social e de africanistas ocupados com as correntes historiográficas da antiguidade. A Arqueologia, a Geografia, a Sociologia e inúmeros campos das Ciências Sociais trabalham para desconstruir os paradigmas e constituir novas narrativas, o historiador da atualidade parece ainda estar muito submetido aos padrões de uma historiografia, pois se debruça em modelos ainda muito binários.

A pós-modernidade coloca-nos no desconforto de repensar os cânones historiográficos, buscando não jogar todas as antigas definições fora. Na intenção de trazer novos significados para velhos paradigmas, idealizamos uma História Antiga mais representativa para os sujeitos e para que a História Universal possa ser contemplada pela diversidade. Defende-se ser necessário a ruptura com os *topoi*, afinal de contas ainda estamos precisando desaprender a História tal como ela nos foi ensinada.

Acredita-se então na importância da História Antiga e do Afrocentrismo como perspectivas de análise complementares, ambas tendo muito a contribuir às novas interpretações do campo histórico. Nesse sentido, é importante não entrar na armadilha do universalismo, tampouco no relativismo histórico que busca apagar as diferenças e tenta homogeneizar as Histórias da Humanidade.

Referências

- AMSELLE, Jean-Loup. *Branchements: Antropologie de l'universalité des cultures*. Paris Champs/Flamarion, 2001.
- ASSANTE, Molefi K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição interdisciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BERNAL, Martin. *Black Athena: The Afroasiatic roots of Classical Civilization (The Fabrication of Ancient Greece 1785-1985. V. 1)*. New Jersey: Rutgers University Press, 1987.
- CARRILHO, Maria. *A sociologia da Negritude*. Lisboa: Edições 70, 1975.

- DETIENNE, Marcel. *Comparer l'incomparable*. Paris: Éditions du Seuil, 2009.
- FARIAS, Paulo F. de Moraes. Afrocentrismo: Entre uma Contranarrativa Histórica Universalista e o Relativismo cultural. *Afro-Ásia*, Bahia, n. 29-30, p. 271-316, 2003.
- GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.
- GOODY, Jack. *O roubo da História – como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- GRUZINSKI, Serge. *L'Histoire pour quoi faire?* Paris: Librairie Arthème Fayard, 2015.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- HOUNTONDJI, Paulin. *African Philosophy - Myth & Reality*. Bloomington: Indiana University Press, 1996.
- HOWE, Stephen. *Afrocentrism – Mythical pasts and imagined homes*. Londres/NY, Verso, 1999.
- JUNIOR, Hilário Franco. Introdução. *Idade Média. O Nascimento do Ocidente*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2009. V.1.
- NOGUEIRA, Renato. *O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2014.
- OSBORNE, Robin *Greece in the making 1200-479 BC*. London: Routledge, 1996.
- SAID, Edward. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2010.